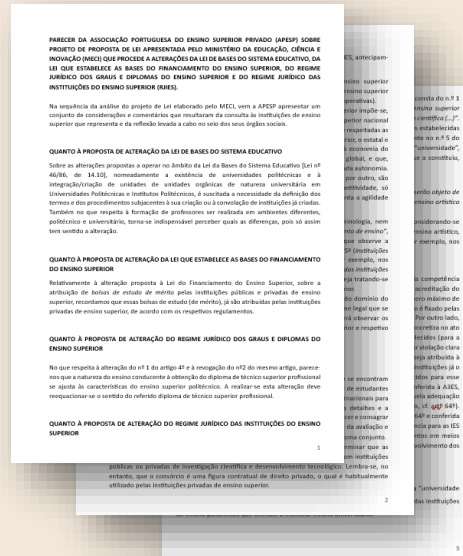


RJIES: PARECER DA APESP JÁ FOI ENTREGUE

O papel da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) deve ser revisto, nomeadamente a sua redundância na fixação do número máximo de admissões por ano ou a exclusividade na avaliação das instituições. Estas propostas constam do parecer sobre o RJIES entregue pela APESP ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). Este parecer foi redigido após reflexão e consulta às instituições associadas que, entre os aspetos, apontaram a necessidade de legislação adequada para o estabelecimento da modalidade de ensino híbrido. Também se aponta a “falha” na proposta de lei apresentada pelo MECI sobre a mobilidade e organização de estudos transnacionais. Foram detetados outros aspetos a melhorar, de modo a garantir a autonomia das instituições de ensino não estatal: deve ser dada “margem para a gestão da eleição” ao Provedor do Estudante, e considera-se “desapropriada” a manutenção da imposição ao ensino superior privado da disciplina aplicada aos conselhos científicos e pedagógico estabelecido para o ensino superior estatal. Quanto aos aspetos relacionados com a endogamia académica, a APESP recorda que, nos últimos anos tem sido realizado um esforço pelo sector privado, apoiado pela tutela e diversos organismos do Estado, para se conferir o grau de doutor a muitos docentes. E agora, as instituições deverão convidá-los a desvincular-se?, questiona-se no parecer. A APESP discorda também frontalmente das alterações propostas na atividade de docência e de investigação.



REUNIÃO DO CONSELHO GERAL CONSULTIVO ESTA TARDE

Decorre na tarde desta segunda-feira, 27 de janeiro, a reunião do Conselho Consultivo da APESP. Presidido por Pedro Lourtie, é composto por Helena Freitas, Alexandre Cunha, Eduardo Marçal Grilo, Pedro Barbas Homem, Virgílio Lima, António Tavares, Chitra Stern, Álvaro Beleza, Adalberto Campos Fernandes, Marco António Costa, José Manuel Silva, José Ferreira Gomes e António Almeida Dias. Os conselheiros irão apreciar o parecer de RJIES enviado ao MECI e indicar outras questões relacionadas com o sector a ser incluídas no RJIES.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PLANEIA 2025

O presidente da APESP, António Almeida Dias, participou na reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE) como representante da associação, a 21 de janeiro. O planeamento das atividades para 2025 foi uma das temáticas abordadas neste encontro.



PROJETO DA OCDE E COMISSÃO EUROPEIA SOBRE MERCADO DE TRABALHO E COMPETÊNCIAS

O vice-presidente da APESP, Manuel José Damásio, participou no lançamento do projeto “[Promover um Ensino Superior mais adaptado ao mercado de trabalho: rumo a um melhor sistema de projeção de competências](#)”. Esta é uma iniciativa da OCDE e da Comissão Europeia para ajudar Portugal a antecipar as competências futuras e a necessidade de alinhar a oferta das Instituições às exigências do mercado, sem esquecer sua missão mais ampla. Em representação do presidente da APESP, destacou a complexidade do alinhamento entre o que o mercado de trabalho precisa e o que os estudantes desejam. Para Manuel José Damásio, é fundamental que as IES trabalhem horizontes temporais alargados e que foquem em temas para lá da profissionalização. O evento decorreu a 21 de janeiro, em Lisboa, com a presença, entre outras entidades, do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, que defendeu a relevância da autonomia estratégica e económica das instituições, para uma “resposta rápida e flexível”, que não pode ser feita centralmente. Toda a sessão pode ser [revista aqui](#).



Manuel José Damásio esteve num painel com representantes do CRUP (Paulo Jorge Ferreira), do CCISP (Luís Loures) e dos estudantes (FNAEESP e FAL)

DEBATE SOBRE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE

Portugal tem de resolver “o problema” de não “reter talento” e garantir “independência” aos docentes, disse o vice-presidente da APESP, Manuel José Damásio, na conferência “Valorização da carreira do docente no Ensino Superior”, promovida pela Comissão Parlamentar de Educação e a Ciência, no dia 21. O debate, que juntou deputados, instituições e sindicatos da área está [disponível online](#) e abordou a necessidade de revisão do ordenamento jurídico existente e a importância de criar um estatuto para o ensino privado que respeite a diversidade do setor..



Conferência decorreu na Assembleia da República

CIRCULARES

- Circular n.º 6 (20.1.2025): Lançamento do projeto “Promover um Ensino Superior mais adaptado ao mercado de trabalho: rumo a um melhor sistema de projeção de competências”.
- Circular n.º 7 (23.1.2025): *The Follow Up of the Portuguese Private Universities Issue*.
- Circular n.º 8 (23.1.2025): Portaria n.º 17/2025/1 - Terceira alteração à Portaria n.º 1031/2009, de 10 de setembro ([link](#))

INTERNACIONALIZAÇÃO

A APESP tem envidado esforços de aproximação com inúmeras entidades no âmbito internacional. A propósito do crescente interesse que vem sendo suscitado pelo mercado chinês, especialmente no âmbito do ensino superior e do recrutamento de estudantes, continuam a existir contactos formais entre a APESP e entidades como a Embaixada da China em Portugal.

PUBLICAÇÃO DO RACS DISPONÍVEL

Já estão publicados [neste link](#) os Anais da 6.ª Reunião Internacional da RACS - Rede Académica das Ciências da Saúde da Lusofonia, que decorreu no Brasil, em agosto de 2024. Tem o título *Múltiplas Vozes em Defesa das Vidas, Saúde única, Arte Plural e Formação Humana*.



Estudantes dos politécnicos defendem transição gradual de “Instituto” para “Universidade” ([link](#))



Opinião: O governo da academia ([link](#))



MECI diz que autonomia é essencial para ajustar qualificações ([link](#))



Despesas de deslocação e de alojamento são entraves no acesso ao Superior ([link](#))



Situação “imprevisível” na FCT ameaça agravar crise na investigação ([link](#))



Opinião: Novo RJIES – o bom o mau e o assim-assim ([link](#))



Decisão de priorizar alunos carenciados no acesso ao Ensino Superior é “positiva” ([link](#))



Opinião: O RJIES e a longa agonia do sistema binário ([link](#))



Demora em obter regularização leva imigrantes a regressarem ao país de origem ([link](#))



LEGISLAÇÃO PUBLICADA

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2025**, [Presidência do Conselho de Ministros] - Prorroga, por um ano, o mandato como membros do conselho de curadores da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. ([link](#)).
- **Portaria n.º 17/2025**, [Educação, Ciência e Inovação] Proceda à terceira alteração à Portaria n.º 1031/2009, de 10 de setembro, que fixa as áreas em que devem ser regularizadas as provas de ingresso obrigatórias para determinados cursos superiores ([link](#)).